

Relatório aborda o impacto da TCJA sobre as regras tributárias corporativas internacionais

O Serviço de Pesquisas do Congresso emitiu recentemente um relatório que aborda o modo como as mudanças feitas pela Lei de Cortes de Tributos e Geração de Empregos (Tax Cuts and Jobs Act - TCJA) de 2017 às regras tributárias corporativas internacionais tratam os pontos de preocupação referentes à lei tributária anterior. O relatório também aponta problemas, questões e incertezas jurídicas que podem surgir com a TCJA. Aqui está uma visão geral e alguns destaques das conclusões.

Estrutura e conclusões gerais

O relatório é dividido em três seções. A primeira seção explica as regras tributárias internacionais anteriores e as revisões feitas pela TCJA. A segunda seção discute os quatro principais pontos de preocupação referentes à lei anterior.

1. Alocação de investimentos,
2. Transferência de lucros,
3. Repatriação e
4. Inversões.

Além disso, a segunda sessão discute o modo como a TCJA aborda essas preocupações e suscita outras novas. Discute também as questões relacionadas aos contratos internacionais. A terceira sessão resume os comentários sobre problemas e questões - incluindo desafios jurídicos e incertezas no âmbito do novo regime tributário internacional e as opções que foram sugeridas.

O relatório afirma que uma das maiores motivações para a TCJA foi a preocupação relativa ao sistema tributário internacional. As questões relacionadas com essas regras incluem:

- Alocação de investimentos entre os Estados Unidos e outros países.
- Perda de receita devido à transferência artificial de lucros para fora dos Estados Unidos por empresas internacionais (tanto dos EUA como estrangeiras)
- Penalidades pela repatriação de lucros que levou à acumulação de ganhos diferidos no exterior e
- Inversões (empresas dos EUA que transferem suas sedes para outros países por razões tributárias).

O relatório concluiu que, além de reduzir as alíquotas tributárias de 35% para 21% e oferecer outros benefícios para investimentos domésticos (como gastos temporários com equipamentos), a TCJA também alterou substancialmente o regime tributário internacional.

Mudança para sistema territorial

A TCJA alterou o sistema tributário de um imposto nominal mundial sobre todos os rendimentos de origem estrangeira, com o crédito contra impostos dos EUA para impostos devidos no exterior para um

sistema territorial nominal que não impõe tarifas sobre as receitas de origem estrangeira. Entretanto, afirma o relatório, ambos os sistemas podem ser considerados uma mistura de um sistema mundial e territorial.

A lei anterior reduziu os impostos sobre receitas oriundas do exterior, possibilitando:

- Adiamento (tributação da renda de subsidiárias estrangeiras somente se for repatriada ou paga como dividendo da matriz dos EUA)
- Crédito cruzado de impostos no exterior (de modo que o crédito para impostos elevados pagos em um país possa compensar o imposto dos EUA sobre a renda em um país com baixos impostos)

O novo sistema isenta dividendos, mas também aplica um imposto mundial atual sobre os rendimentos globais intangíveis de baixa tributação, GILTI (global intangible low-taxed income), embora com uma alíquota menor.

Também introduz uma tarifa correspondente mais baixa sobre rendimentos intangíveis originados no exterior a partir de ativos nos Estados Unidos - rendimentos intangíveis originados no exterior (foreign-derived intangible income - FDII). A TCJA acrescenta o imposto de erosão básica e antiabuso (BEAT) às medidas antiabuso existentes focadas na transferência artificial de lucros. O BEAT aplica um imposto mínimo aos rendimentos comuns mais alguns pagamentos a empresas estrangeiras relacionadas.

Se o capital é transferido para os Estados Unidos

O relatório diz que, apesar da alíquota tributária corporativa inferior, não é claro se o capital será transferido para os Estados Unidos a partir do exterior. Embora uma alíquota menor reduza a tributação sobre investimentos financiados por *equity*, ela reduz o subsídio a investimentos financiados por dívidas.

Se os investimentos em *equity* aumentam ou diminuem, depende da magnitude da TJCA (que parece em grande parte compensadora) e da mobilidade internacional de dívida vs. *equity*. Também não fica claro se o investimento em ações será alocado de forma mais eficiente ou otimizada para a assistência social dos EUA, embora a teoria econômica sugira que a redução do subsídio fiscal para a dívida é uma evidente melhoria.

Transferência de lucros menos importante

O imposto territorial da TCJA pode tornar a transferência de lucros mais atraente. Mas de maneira geral, considerados os outros elementos do novo sistema, o relatório afirma que ele parece tornar a transferência de lucros menos importante. GILTI e FDII aproximam o tratamento tributário de rendas de intangíveis nos Estados Unidos e no exterior. E o BEAT e regras mais estritas de subcapitalização (regras que limitam deduções de juros) também limitam a transferência de lucros, incluindo a transferência por meio de alavancagem.

Além disso, a TCJA encerra a maior parte das "penalidades" por repatriação de rendimentos e desse modo elimina os incentivos anteriores à manutenção dos rendimentos no exterior. Como parte do

encerramento dessas penalidades, a TCJA também introduz uma série de medidas voltadas a tornar as inversões menos atraentes.

Efeitos evolutivos

O relatório afirma que algumas medidas da TCJA podem violar acordos internacionais, como aqueles com a Organização Mundial de Comércio, tratados tributários bilaterais e padrões mínimos da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico para impedir práticas tributárias prejudiciais. Este e outros efeitos observados no relatório irão continuar a evoluir e ser submetidos a discussão, e poderemos inclusive receber novas orientações. Trabalhe com seu Contador Público Certificado (CPA) para ficar em dia com os últimos desenvolvimentos. •